

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º _____, DE 2014.
(Do Sr. ADEMIR CAMILO)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização, a fim de analisar as contas dos recursos federais e municipais destinados para a Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí (FUVS), sediada no município de Pouso Alegre- MG.

Senhor Presidente,

Com fulcro no art. 100, § ° 1, combinado com os artigos 60, incisos I e II, e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho a Vossa Excelência que, ouvido o digno Plenário desta Comissão, adote as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização sobre as contas dos recursos federais e municipais, destinados através do Sistema Único de Saúde e pela Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, para a Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí (FUVS).

JUSTIFICAÇÃO

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí é a instituição mantenedora da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás), Hospital das Clínicas Samuel Libânio (HCSL), Colégio João Paulo II e Anglo Pouso Alegre. É uma instituição de Educação Superior, criada pela Lei nº 3.227, de 25 de novembro de 1964, instituída pelo Decreto nº 8.660, de 3 de setembro de 1965, com sede na cidade de Pouso Alegre, sendo administrativa e financeiramente autônoma. Hoje, a FUVS se faz presente na cidade de Pouso Alegre e também na cidade de Cambuí, através do Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Cambuí.

No ano de 2013, a nova presidência da FUVS tornou pública uma dívida que ultrapassa R\$ 80 milhões de reais. Ainda em 2013, foi protocolado junto a

Curadoria das Fundações solicitação de informações a respeito da realidade da Fundação, mas os questionamentos apresentados não foram elucidados. No mês de março de 2014, eclodiu uma manifestação com mais de 400 alunos que exigiam transparência nas contas da Fundação, fim da corrupção, melhores condições de ensino e posteriormente foi protocolado um ofício assinado por alunos da Univás na Câmara Municipal de Pouso Alegre, através do qual foram apontadas uma série de irregularidades administrativas na instituição.

Considerando o papel desta Comissão de promover inspeções e diligências em órgãos da administração pública federal, bem como junto aos órgãos das administrações estaduais e municipais que recebam recursos a título de transferência voluntária e entidades privadas que recebam recursos do orçamento da União a título de transferência, como subvenção, auxílio ou contribuição, ou que administre bens da União, justificamos a referida proposição.

Face ao exposto, solicito a apreciação e a implementação desta PFC, que sem dúvida será muito importante para elucidar a dívida da Fundação.

Sala das Sessões, em de 2014.

Deputado **ADEMIR CAMILO**
PROS/MG